

# A organização do trabalho: algumas indicações sócio históricas

Rayssa Santos Lima  
Zaira Sabry Azar

## RESUMO

O artigo discorre acerca da organização do trabalho historicamente até chegarmos ao complexo processo de produção capitalista. Objetiva entender como o trabalho determina as relações sociais a partir de sua organização. Diante do estudo realizado, identificamos que o trabalho é a fonte de produção de toda a riqueza, pois através dele avançamos na organização de todas as dimensões da vida humana. Neste sentido, tomamos por base esta categoria de análise para compreensão dos fenômenos que se constituem historicamente e incidem sobre todas as classes sociais. Conclui que o desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo promoveu ainda mais a exploração da força de trabalho, entretanto, este processo não deve ser compreendido como unilinear, sem história ou resistência.

**Palavras-chave:** Trabalho. Ser social. Relações sociais. Capitalismo.

## 1 Introdução

O trabalho discorre a organização do trabalho historicamente até chegarmos ao complexo processo de produção capitalista. Objetiva entender como o trabalho determina as relações sociais a partir de sua organização.

Diante do estudo realizado, identificamos que o trabalho é a fonte de produção de toda a riqueza humana, pois através dele avançamos na organização de todas as dimensões da vida humana. Neste sentido, tomamos por base esta categoria de análise para compreensão dos fenômenos que se constituem historicamente e incidem sobre todas as classes sociais.

O homem surge como um ser biológico, porém não se restringirá a esta esfera, sendo o trabalho e sua organização fundamentais para este avanço, pois para além da satisfação de uma necessidade biológica o trabalho nos constitui como ser social. Tal fato desencadeou a construção de relações sociais cada vez mais complexas, a exemplo do atual contexto, onde vivemos um alto nível de produção de bens e riquezas, porém a sociedade vivencia situações caracterizadas pela contradição, sendo, por exemplo, alarmantes os índices de pobreza e miséria.

Destarte, torna-se necessário refletirmos sobre o desenvolvimento das relações de trabalho sob a égide capitalista e quais serão suas principais consequências para o conjunto da classe trabalhadora, visto que o fim último e primeiro desta organização econômico-social é a ampliação dos lucros.

## 2 A organização do trabalho no tempo: algumas indicações

O trabalho é a condição básica e fundamental da existência dos homens, sendo que este “[...] faz referência ao próprio modo de ser dos homens e da sociedade [...]” (NETTO; BRAZ, 2010, p. 29), pois através dele nos desenvolvemos, reproduzimos e avançamos na organização de todas as dimensões da vida humana. Neste sentido, tomo por base esta categoria de análise para compreensão dos fenômenos que se constituem historicamente e incidem sobre todas as classes sociais, pois conforme Marx e Engels (2005):

[...] o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que todos os homens devem estar em condições de viver para poder ‘fazer história’. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter moradia, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitem que haja a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato esse é um ato histórico, uma exigência fundamental de toda a história, que tanto hoje como há milênios deve ser cumprido cotidianamente e a toda hora, para manter os homens com vida. [...]. (MARX; ENGELS, 2005, p. 53).

O homem surge como um ser biológico, porém não se restringirá a esta esfera, sendo o trabalho e sua organização fundamentais para este avanço. Enquanto seres biológicos precisamos suprir nossas necessidades básicas comuns ou imediatas, como alimentação, moradia, vestimenta, e nossa principal fonte de recursos é a natureza. Diferente dos outros animais que satisfazem suas necessidades de forma quase que programada, instintiva, nós seres humanos fomos rompendo com estes padrões naturais.

Porém, diante de tal afirmativa, podemos nos questionar sobre o que difere a atividade exercida pelo homem da que é executada pelos demais animais. Para nos ajudar a responder o questionamento feito recorreremos à clássica passagem da obra de Marx (1983, citado por NETTO; BRAZ, 2010, 31/2) que nos diz:

[...] o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. [...] Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. [...] Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural, o seu objetivo. [...] Os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios. [...] O processo de trabalho [...] é a atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural e eterna da vida humana e, portanto, [...] comum a todas as suas formas sociais.

Desta explanação podemos extrair inicialmente três pontos. O primeiro, de que o homem realiza o processo de trabalho a partir do que a natureza lhe disponibiliza. O segundo trata sobre a diferença entre o trabalho, atividade unicamente pertencente aos homens, e as demais executadas pelos outros animais. E esta diferença se encontra no fato de que, no início o homem constrói tudo em sua mente, planeja, projeta o que deseja executar. Por último, sobre o trabalho, propriamente, podemos dizer que este processo é composto de três elementos principais: a força de trabalho, o objeto em que incide este trabalho e os meios e instrumentos para realizá-lo.

No que se refere ao primeiro ponto, podemos compreender que a natureza então é a fonte primordial de onde homens e mulheres dispõem dos recursos para a satisfação material de suas necessidades, é a matéria-prima para que o trabalho se realize. Já o segundo elemento nos indica que os seres vivos possuem maneiras diferentes para satisfação de suas necessidades, os animais, por exemplo, têm como que uma programação biológica e suas ações seguem um modelo que não sofrerá alterações, pois considerando que suas atividades são apenas instintivas eles não refletem sobre suas ações. Ou seja, com isso fica claro que uma abelha não refletirá se deseja construir uma colmeia com x ou y divisórias, mas o arquiteto/homem pode planejar o tamanho, o material que desejará usar e que contribuirá para a execução do objetivo proposto: se gesso ou cera, se uma faca ou outro instrumento. Trata-se aqui do caráter teleológico do trabalho, o que implica na idealização do mesmo. Isso tudo nos faz compreender que,

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou por tudo o que se queira. No entanto, eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que começam a produzir seus meios de existência [...]. (MARX; ENGELS, 2005, p. 44).

O trabalho como atividade exclusiva dos humanos não segue um padrão natural, ao contrário, com o passar dos tempos ele sempre foi se modificando e assumindo novas formas que interferem diretamente em sua organização.

Sobre os elementos básicos de um processo de trabalho, já mencionamos que este se constitui em uma atividade pertencente aos homens, que o objeto e a matéria são fornecidos pela natureza, porém os meios e instrumentos de trabalho ela não fornece. Desta forma, esses elementos são criação do executor do trabalho, que se vê colocado diante de várias questões de escolha relacionadas aos instrumentos mais adequados ao objetivo proposto, assim como diante da necessidade de buscar conhecer a natureza e o que ela lhe oferece para este fim.

Para melhor compreendermos, podemos voltar ao início da história e imaginar como viveram nossos antepassados, sem a tecnologia ao seu favor e sem disporem de simples recursos como o domínio do fogo para se aquecerem e cozinhareм alimentos. Neste sentido, destacamos que a necessidade é o ponto de partida para a realização do trabalho. Mas de que forma isso acontece? Esta funciona como uma força impulsionadora da criatividade humana, fazendo com que homens e mulheres busquem transformar bens naturais naquilo que necessitam e almejam. Mas, para além da satisfação de uma necessidade biológica o trabalho nos constitui como um ser social, coletivo, que não existe de forma isolada, mas que constrói relações mútuas.

Fato importante que merece destaque é que por constituir processo coletivo o trabalho implicou aos homens a necessidade de compartilhar os conhecimentos, pois, por exemplo, mesmo nas sociedades mais primitivas estes precisam se organizar com os outros para defesa contra inimigos, para abrigo e garantir os alimentos. Sobre este aspecto, curiosamente, apesar de toda capacidade criativa dos homens, somos os únicos animais que ao nascer necessitamos plenamente do outro. Neste sentido, surge a necessidade de um sistema de linguagem para facilitar a comunicação e, ao mesmo tempo, o compartilhamento dos conhecimentos construídos. Em resumo,

[...] Não basta prefigurar idealmente o fim da atividade para que o sujeito realize o trabalho; é preciso que ele reproduza, também idealmente, as condições objetivas em que atua [...] e possa transmitir a outrem essas representações. Estas, a pouco e pouco, tendem a se desprender da experiência empírica imediata – tendem a recobrir

outras situações, projetadas para outros lugares e tempos; ou seja: a partir das experiências imediatas do trabalho, o sujeito se vê impulsionado e estimulado a generalizar e a universalizar os saberes que detém [...]. (NETTO; BRAZ, 2010, p. 33).

Podemos inferir, segundo os autores acima citados que o trabalho funda o ser social, mas este ser não se reduz ao simples ato de trabalho para satisfação de necessidades básicas, pois quanto mais estes se desenvolvem mais suas objetivações se complexificam e transcendem o universo do trabalho. Aqui, entra a discussão de uma categoria mais ampla, a práxis.

A práxis é uma categoria mais geral, que envolve tanto o trabalho quanto as outras esferas de objetivação do ser social, como a cultura, a ética, a ciência, a filosofia, a arte e a política. O trabalho não é apenas mais uma das objetivações do ser social, mas também o modelo para as outras objetivações, pois todas elas acabam por supor uma de suas características, como exemplo: a teleologia, que significa projetar a ação antes de executá-la; o sistema de linguagem e, conseqüentemente, a universalização dos conhecimentos.

A práxis deve ser distinguida em duas formas. A primeira forma refere-se ao trato do homem com a natureza, que é o próprio trabalho. Neste tipo a objetivação é necessariamente algo material. No segundo caso trata-se da relação do homem com o outro homem. Nesta esfera as transformações são em sua maioria no campo ideal, como na práxis educativa e na práxis política. A partir da práxis podemos compreender como o ser social transcende suas necessidades primárias e se realiza também a partir de outras objetivações construindo um mundo social. Como mencionado por Netto e Braz (2010) a categoria da práxis revela o homem como ser criativo, autoproductivo, portanto, ‘ser da práxis’.

Entretanto, é importante mencionar que desta práxis não resultam somente valores que apresentam o homem como um ser produtivo, pois, conforme as condições sociohistóricas em que esta práxis se realiza o seu produto pode se apresentar aos homens como algo que lhes é estranho, isso se caracteriza como o fenômeno da alienação, próprio da sociedade capitalista que abordaremos mais a frente. Por isso, ao tratarmos da categoria trabalho devemos sempre considerar sua mutabilidade ao longo do tempo.

Ora, consoante a tudo isso, consideramos que no início a humanidade tinha como ponto de partida a escassez de alimentos e, assim sendo, toda a produção era destinada ao consumo. Entretanto, essas relações foram se aperfeiçoando a partir do desenvolvimento das forças de produção. Este fator desencadeou a construção de relações sociais cada vez mais complexas, a exemplo do atual contexto, onde vivemos um alto nível de produção de bens e riquezas, porém vemos situações caracterizadas pela contradição, sendo, por exemplo, alarmantes os índices de pobreza e miséria.

A explicação para tal encontra-se no fato de que com a produção excedente, aos poucos o trabalho de alguns homens passou a ser suficiente para atender as necessidades de um número bem maior de pessoas. Neste sentido, inicia-se o processo de trocas entre as comunidades, por exemplo, aqueles que pescam passam a trocar peixes com os que constroem ferramentas, relações que foram se intensificando, ou seja, como o homem passa a produzir para além do seu consumo, novas relações são criadas, pois a partir de então, aquilo que era produzido deixa de ser apenas para o consumo e passa a ser também mercadoria, colocando as diversas culturas em contato. Esclarecendo sobre isso, Netto e Braz (2010) pontuam que,

O surgimento do excedente econômico [...] opera uma verdadeira revolução na vida das comunidades primitivas [...] Dois efeitos logo se farão sentir. De um lado, junto com uma maior divisão na distribuição do

trabalho [...], produzem-se bens que não sendo utilizados no autoconsumo da comunidade, destinam-se à troca com outras comunidades – está nascendo a mercadoria e, com ela as primeiras formas de troca (comércio). De outro, a possibilidade da acumulação abre a alternativa de explorar o trabalho humano; posta a exploração, a comunidade divide-se, antagonicamente, entre aqueles que produzem o conjunto dos bens (os produtores diretos) e aqueles que se apropriam dos bens excedentes (os apropriadores do fruto do trabalho dos produtores diretos). (NETTO; BRAZ, 2010, p. 57).

A partir disso, a sociedade, podemos dizer, dá um salto e estende as relações, inclusive geograficamente, o que possibilitou o contato entre as diversas culturas, contribuindo para a ampliação e desenvolvimento do trabalho. Desta forma, temos a dissolução da comunidade primitiva, aquela que produzia somente para sua subsistência. Essas relações dão lugar a um novo modo de produção, o escravismo, pois ao contrário de antes, no período de escassez, agora se apresenta como vantajoso ficar com o preso de guerra, já que não se tem mais a necessidade imediata de até mesmo se alimentar dos prisioneiros, sendo que o dominado passa a servir de escravo, ou seja, surge a possibilidade de exploração do vencido. Nesta perspectiva,

[...] Organiza-se agora a sociedade, através da força e da violência, em dois polos: no cume, uma minoria de proprietários de terras e de escravos (que amplia seus contingentes através de guerras) e, na base, a massa de homens que não têm sequer o direito de dispor da própria vida – e entre esses dois polos gravitam camponeses e artesãos. [...] (NETTO; BRAZ, 2010, p. 65-66).

Assim, com a exploração da força de trabalho escrava, são estabelecidas outras relações na sociedade, onde os vencedores de guerra passam a ter direitos sobre a força de trabalho, agora escravizada, e sobre a própria vida do vencido.

Esse período significou muitos horrores à história da humanidade, porém houve, para Netto e Braz (2010) avanços alcançados em relação à comunidade primitiva, como exemplo a introdução da propriedade privada dos meios fundamentais de produção, a diversificação da produção de bens a partir da exploração da força de trabalho do homem pelo homem e o estímulo do comércio entre as distintas comunidades por conta do incremento da produção.

O escravismo na antiguidade teve grande importância na história humana, e esteve na base de importantes civilizações como a grega e a romana. Porém, este modo de produção também teve seu declínio, sendo determinante a crise do Império Romano para a constituição de uma nova forma organizativa de sociedade. Neste sentido,

[...] Os últimos séculos do império romano em declínio e as conquistas dos bárbaros destruíram grande quantidade de forças produtivas; a agricultura declinará, a indústria estava falindo por ausência de mercados, o comércio adormecera ou fora violentamente interrompido, a população urbana e rural encolheu. Esses fatores existentes e o modo organizacional da conquista por ele condicionado fizeram com que se desenvolvesse, sob a influência da disciplina militar germânica, a propriedade feudal. [...] (MARX; ENGELS, 2005, p. 49).

No feudalismo, temos o surgimento de feudos, que se configuram como unidades de produção fundadas em um contrato pelo uso da terra, ou seja, o feudo pertencia a um senhor de terras, considerado nobre, e este dividia seu terreno entre outros considerados seus servos, eles ocupariam a terra, mas em troca prestariam serviços ao senhor feudal. Este senhor, além do controle da produção, também determinava sobre as relações sociais no feudo, influenciando diretamente na vida das famílias servis. Com sua autoridade ‘divina’ podia legislar sobre tudo e todos no feudo. Assim, na época, a propriedade da terra constituía sinal de poder.

Torna-se importante destacar que a Igreja Católica já era detentora de grandes extensões de terra, o que simbolizava ainda mais o seu poder e influência no período em questão. Mas, apesar das muitas dificuldades vividas pelos servos, sua condição apresentava-se como distinta das vividas pelos escravos, pois

[...] embora duramente explorados (não só pelo dever do trabalho nas terras do senhor, mas ainda por inúmeros tributos, inclusive o dízimo recolhido pela Igreja), dispunham de instrumentos de trabalho e retiravam seu sustento do que produziam nas glebas e nas terras comunais [...]. (NETTO; BRAZ, 2010, p. 69).

Entretanto, assim como os escravos os servos também viviam em condições miseráveis, pois os senhores de terra se apropriavam do excedente produzido mediante a violência, já que eram os administradores da ‘justiça’ dentro dos feudos. Paralelamente a esses fatos, mantinham-se as trocas, que serão ainda mais estimuladas a partir das Cruzadas<sup>1</sup>. Neste sentido, a estrutura do sistema em tela vai se sofisticando cada vez mais: “[...] os artesãos a pouco e pouco se organizam (em corporações) e os comerciantes/ mercadores também buscam mecanismos associativos (as ligas). [...]” (NETTO; BRAZ, 2010, p. 69-70).

Substancialmente, o desenvolvimento do comércio trará implicações bem mais profundas ao sistema feudal, pois estimula o consumo, a atividade comercial com regiões cada vez mais distantes, o surgimento das cidades e é nesse processo que surgirá um grupo com grande importância para a superação desse modo de produção, a burguesia. Os burgueses eram movidos apenas pelo objetivo de lucrar, sua riqueza se expressava não pela posse da terra, mas pela acumulação de dinheiro.

Conforme Netto e Braz (2010) a crise do sistema feudal foi desencadeada por diversos problemas, tais como: o cultivo e a pecuária constituíam a base da produção, porém as terras já estavam esgotadas e as técnicas eram pouco desenvolvidas na época; a vida comercial foi prejudicada pelos limites técnicos que reduziram a mineração; a peste negra dizimou quase que um quarto da população. Todos esses fenômenos incidem, então, diretamente nas relações estabelecidas entre senhores e servos, principalmente no que se refere ao aumento da exploração do trabalho. Este contexto reflete em mudanças na organização social, pois a terra começa a ser tratada como objeto de transação mercantil e os serviços prestados pelos servos aos senhores começam a ser pagos em dinheiro.

Essas mudanças entram em choque com a estrutura política do período, já que neste momento passa-se a ter um Estado Absolutista onde o poder se concentra nas mãos de um monarca absoluto. Num primeiro momento isto pareceu satisfatório à nobreza e à burguesia, porém esta última buscará uma revolução quando encontrar obstáculos para expandir-se economicamente. Tanto é que,

[...] A tomada do poder político pela burguesia, cujo marco emblemático é 1789, não constitui mais que o desfecho de uma luta de classes plurissecular, que teve no domínio da cultura e das ideias um campo de batalhas decisivo, como o provam a *Reforma* protestante e a *Ilustração*. Foi a hegemonia conquistada pela burguesia no terreno das ideias que lhe permitiu organizar o povo (o conjunto do *Terceiro Estado*) e liderá-lo na luta que pôs fim ao Antigo Regime. (NETTO; BRAZ, 2010, p. 75).

---

<sup>1</sup> As Cruzadas constituíram uma tentativa da Igreja Católica de proclamar a paz de Deus em meio à crise social vivenciada pela Europa à época. Era um incentivo para que os cristãos fossem à luta. Na verdade, os servos expulsos dos feudos e os nobres sem terras se tornariam mão de obra militar para os interesses econômicos da Igreja. (FERREIRA; FERNANDES, 2005).

Neste contexto, a burguesia articulará os instrumentos necessários para o desenvolvimento de novas forças produtivas, condições básicas para o surgimento de um novo modo de produção, o capitalismo, sistema econômico-social que tem a mercadoria como central para se expandir e garantir lucros. Neste contexto inferimos que:

[...] os meios de produção e de troca, sob cuja fundação a burguesia construiu a si mesma, foram gerados na sociedade feudal. Numa certa etapa do desenvolvimento destes meios de produção e de troca, as condições sob as quais a sociedade feudal produzia e trocava [...] não eram mais compatíveis com as forças produtivas já desenvolvidas. Elas se tornaram concorrentes entre tantas outras que precisavam ser destruídas; e o foram. Em seu lugar, se estabeleceu a livre competição, acompanhada por uma constituição social e política adaptada a ela, e pelo domínio econômico e político da classe burguesa. (MARX; ENGELS, 2008, p. 44).

Desta forma, torna-se necessário refletirmos sobre como passaram a se desenvolver as relações de trabalho sob a égide capitalista e quais serão suas principais consequências para o conjunto da classe trabalhadora, visto que o fim último e primeiro desta organização econômico-social é a ampliação dos lucros e exploração da força de trabalho. Neste sentido, pontuamos que o capitalismo inaugura novas formas de exploração da força de trabalho humana, pois sua maior fonte de desenvolvimento encontra-se no trabalho não pago ao trabalhador, posto que este sistema caracteriza-se

[...] pelo emprego de trabalhadores assalariados, juridicamente livres, que vendem a sua força de trabalho aos proprietários dos meios de produção, denominados empresários, que os contratam para produzir bens ou serviços a serem destinados ao mercado, com o fim de obter lucro. (SOUZA, s.d., p. 7).

Ou seja, o capitalista é aquele que detém os meios de produção e os aplica para a realização de empreendimentos ou empresta a terceiros, e a classe trabalhadora é composta por aqueles que possuem apenas sua força de trabalho para garantir sua sobrevivência. Buscando ampliar esta concepção, podemos mencionar que:

A produção mercantil capitalista se peculiariza, pois, porque põe em cena dois sujeitos historicamente determinados: o capitalista (ou burguês), que dispõe de dinheiro e meios de produção (que, então, tomam a forma de capital), e aquele que pode tornar-se o produtor direto porque está livre para vender, como mercadoria, a sua força de trabalho – o proletário (ou o operário). As classes fundamentais do modo de produção capitalista, assim, determinam-se pela propriedade ou não dos meios de produção: os capitalistas (a classe capitalista, a burguesia) detêm essa propriedade, enquanto o proletariado (o operariado, a classe constituída pelos produtores diretos) dispõe apenas de sua capacidade de trabalho e, logo, está simultaneamente livre para/compelido a vendê-la como se vende qualquer mercadoria; no modo de produção capitalista, o capitalista é representante do capital e o proletariado o do trabalho. (NETTO; BRAZ, 2010, p. 84-85).

Essencialmente a respeito da representação social do capital, Marx e Engels (2008, p. 55) concluem que “A condição essencial para a existência e o domínio da classe burguesa é a formação e acumulação de capital [...]”, o que implica dizer que sem a organização da exploração da força de trabalho, não é possível a reprodução social do capitalismo, posto ser impossível, sem isto, a acumulação de riquezas, condição *sine qua non* do capitalismo.

Podemos mencionar que o sistema capitalista, tal como o concebemos atualmente, passou por diversas mudanças para que chegasse a esta fase de maturação. Segundo Souza (s.d.), este sistema emerge do próprio Feudalismo, com o capitalismo comercial a partir do surgimento da burguesia e, com esta o comércio internacional de mercadorias. A partir do desenvolvimento do sistema de trocas este capital

que antes era medido pela acumulação de mercadorias agora assume a forma de capital financeiro, com o surgimento do sistema bancário.

O capitalismo propriamente dito somente emergiu na Europa no século XVI, com o desenvolvimento da produção manufatureira, na esfera produtiva. Este foi o capitalismo manufatureiro, fase intermediária entre o artesanato e as grandes corporações industriais da Revolução Industrial. [...]. (SOUZA, s.d., p.8).

O desenvolvimento da produção manufatureira a partir da invenção da máquina a vapor, assim como o aperfeiçoamento de outras máquinas e técnicas; e o surgimento de ferrovias e inovações tecnológicas expressava a Revolução Industrial. Este fato consolidou o capitalismo industrial que “[...] caracteriza-se pelo emprego intensivo de máquinas e equipamentos, bem como pela adoção crescente de inovações tecnológicas poupadoras de mão de obra. [...]” (SOUZA, s.d., p. 9).

Para ilustrarmos este período, podemos mencionar o filme “Tempos Modernos” de Charles Chaplin (1889-1975), produzido em 1936. A obra serve de referência para a análise de diversos fenômenos relacionados com a Revolução Industrial e a organização do trabalho neste período. O personagem central nesta trama, cômica e ao mesmo tempo crítica, é o Carlitos, um operário que vive cotidianamente as alterações sofridas no processo de trabalho com a iminência da tecnologia.

Neste contexto de mecanização e expansão das indústrias, a atividade das pequenas oficinas perde lugar e as pessoas se dirigem em grande quantidade para as cidades, o que contribuirá incisivamente para o desencadeamento de muitas problemáticas, como a questão de saúde, pobreza, moradia, alimentação e trabalho. É o surgimento da questão social ocasionada pela nova forma de organização social e econômica possibilitada com o capitalismo. No filme é possível verificar tudo isso de forma muito nítida, além da contradição expressa pelas reivindicações dos trabalhadores nas ruas.

Com tantas pessoas se dirigindo para o meio urbano, a oferta de força de trabalho e consequentemente a procura por emprego só tendem a crescer. Podemos, em parte, comparar esta realidade com a teoria da seleção natural de Charles Darwin (1809-1882), sendo a ideia de que só os mais fortes pudessem conseguir a vaga de emprego, fato ilustrado na cena em que Carlitos corre desesperadamente por entre outros operários que também buscam a mesma vaga de emprego.

No intuito de auferir maiores lucros e evitar o desperdício, principalmente de tempo, observamos a partir do filme as tentativas dos administradores de garantirem uma melhor organização da produção. Nas cenas reproduzidas no ambiente industrial vemos que os operários apertam os parafusos que passam ao longo da esteira e tudo está cronometrado, não sobra tempo nem para espantar um inseto que pousa no ombro, pois uma pausa para tal fim complica o restante do processo executado pelos demais operários. Ou seja, o administrador planeja e aplica estratégias que contribuam na diminuição do tempo de produção. A busca por estratégias que aumentem a produção com o menor desperdício de tempo é ilustrada na fala “Agora, eles não vão parar nem para comer”, dita por um vendedor durante o filme ao apresentar uma máquina ao gerente demonstrando como ela alimenta o operário enquanto este trabalha.

O filme também retrata a fiscalização gerencial sobre o operário, pois o administrador aparecia diversas vezes em telões espalhados estrategicamente pela fábrica e dava as ordens para que todos voltassem ao trabalho e que a velocidade da esteira fosse gradativamente aumentada. Outro ponto demonstrado é o trabalho especializado, com a realização de apenas uma função de forma repetitiva, sem se considerar que aquilo é extremamente tedioso e prejudicial ao operário. Assim, o personagem

Carlitos, mesmo quando terminava seu horário na fábrica, ainda saía realizando o mesmo movimento de apertar os parafusos.

Neste sentido, pontuamos que a industrialização trouxe grandes desafios, já que os centros urbanos passaram a receber um alto contingente de trabalhadores, visto que “A burguesia sujeitou o campo ao domínio das cidades. Criou enormes centros urbanos, aumentou imensamente a população urbana em comparação com a rural, [...] (MARX; ENGELS, 2008, p.42)”. Isto resultou na baixa de salários, pequena oferta e grande procura pelos postos de trabalho. Os operários e suas famílias viviam e trabalhavam em péssimas condições. Com o aumento dos custos para a manutenção da atividade fabril, as grandes empresas foram comprando as pequenas e a concentração de capital foi cada vez mais se ampliando. Neste contexto de concentração do capital na forma de empresas, o capitalismo industrial transforma-se em capitalismo monopolista. (SOUZA, s.d.).

Assim, podemos observar que com o desenvolvimento do capitalismo o trabalho passa a ser um contrato livre entre os homens sem nenhuma mediação relacionada com herança genética, religião ou privilégios. Essas relações constituem-se como “[...] produtos de um largo desenvolvimento histórico e econômico anterior que fez desaparecer todas as anteriores formas de produção social, para que se constituísse a força de trabalho livre”. (GRANEMANN, 2009, p.7). Em resumo, “[...] ao invés da exploração disfarçada de ilusões religiosas e políticas, a burguesia pôs a exploração aberta, cínica, direta e brutal”. (MARX; ENGELS, 2008, p. 40).

Falar do capitalismo é relacioná-lo simultaneamente com a produção de mercadorias, pois “[...] a mercadoria é um valor de uso que se produz para a troca, para a venda;” (NETTO, BRAZ, 2010, p. 79) e ao capitalista não interessa apenas qual a função social daquilo que ele produz, ou seja, seu significado para a sociedade, seu interesse primeiro é o lucro e que seu produto possa se realizar no mercado, ser trocado, vendido. Neste sentido, no sistema em questão, a mercadoria, sejam os produtos e a força de trabalho, assume um duplo caráter: valor de uso e valor de troca.

Porém, para compreendermos este duplo caráter, com base em Miranda (2011), é importante distinguirmos trabalho concreto e trabalho abstrato. Considera-se o trabalho que cria valor de uso como trabalho concreto, ou seja, o trabalho em sua qualidade, com finalidade, utilidade e voltado para a satisfação de necessidades humanas. A sociedade se constitui como tal a partir da criação de valores de uso, por isso o trabalho concreto nunca entrará em crise. Quando o trabalho criador de valor de uso é requisitado ele se constitui em mercadoria e, portanto, passa a ser analisado enquanto trabalho abstrato. Neste processo de troca, constituído a partir da venda da força de trabalho, teremos o valor. Ou seja, o trabalho enquanto mercadoria traz em si tanto valor de uso quanto o valor de troca. O processo de troca reduz todas as formas de trabalho ao trabalho geral, que se refere à quantidade de energia física e psíquica despendida em sua realização e isso permite a compra de qualquer força de trabalho.

Desta forma, a força de trabalho é negociada como mercadoria pelo trabalhador com o capitalista, e esta negociação acontece porque sua força de trabalho é tudo que este dispõe para garantir sua sobrevivência. Com a venda da sua força de trabalho ele compra os bens que são necessários a sua reprodução, como alimentação, moradia, transporte, saúde e educação. Assim, supõe-se que o salário deva ser um valor condizente com as reais necessidades de reprodução do trabalhador, entretanto, seu trabalho não findará quando ele alcança este valor, “[...] A jornada de trabalho para a qual o trabalhador foi contratado é, porém, maior do que o tempo de trabalho e é desta segunda parte da jornada de

trabalho que brotará o ‘segredo’ da riqueza do capitalista. [...]” (GRANEMANN, 2009, p.12). Essa parte excedente de trabalho realizada é a mais-valia, base do lucro capitalista.

Historicamente o trabalho foi perdendo seu caráter inicial que era de satisfação de necessidades básicas e passa a assumir o caráter requerido pelo contratante da força de trabalho, ou seja, o produto do trabalho não mais pertence ao trabalhador, pertence a outro homem distinto. E nisto constitui-se, de forma simples, a alienação do trabalho, típica da sociedade capitalista. A alienação do trabalho em Marx (2001) pode ser compreendida como:

[...] o trabalho [...] exterior ao trabalhador, ou seja, não pertence à sua característica; portanto, ele não se afirma no trabalho, mas nega-se a si mesmo, não se sente bem, mas, infeliz, não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas esgota-se fisicamente e arruína o espírito. Por conseguinte, o trabalhador só se sente em si fora do trabalho, enquanto no trabalho se sente fora de si. Assim, o seu trabalho não é voluntário, mas imposto, é trabalho forçado. Não constitui a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio de satisfazer outras necessidades. [...] ele não é o seu trabalho, mas o de outro, no fato de que não lhe pertence, de que no trabalho ele não pertence a si mesmo, mas a outro. [...] é a perda de si mesmo. (MARX, 2001, p.114).

Desta forma, podemos pensar em como se encontra a organização do trabalho atualmente, sob a égide capitalista, entendendo que este sistema possui vigência mundial e constitui-se segundo Netto e Braz (2010) como um ‘sistema planetário’. Nesta mesma perspectiva, Marx e Engels (2008, p. 41) identificam que “[...] a necessidade de expandir constantemente o mercado para seus produtos impele a burguesia para toda a superfície do globo. Ela precisa se estabelecer em todo lugar, explorar em todo lugar, criar conexões em todo lugar”, ou seja, os autores confirmam a necessidade que o capitalismo tem de se expandir a nível mundial.

Pinto (2007) aponta que, especialmente após as primeiras revoluções industriais do século XVIII em diante, foram incorporados à organização do trabalho sentidos estritamente técnicos, desde então o trabalho foi elevado à categoria de matéria do conhecimento, ou seja, o processo de trabalho passa a ser estudado. Neste sentido, é importante citarmos a contribuição de Frederick Taylor (1856-1915), conhecido como pai da administração científica e idealizador do denominado Taylorismo. No que se refere ao Taylorismo, é importante ressaltar que:

A ideia fundamental desse sistema de organização é o de uma especialização extrema de todas as funções e atividades. Uma especialização que perfaz um traçado de todas as ferramentas de trabalho utilizadas em cada atividade, de todos os movimentos executados por quem as maneja em cada instante, de todas as operações intelectuais necessárias a tal e, conseqüentemente, de todos os traços comportamentais exigidos nessa condição especial em que é colocado o trabalhador. (PINTO, 2007, p.36).

Taylor dedicou-se a estudar cada movimento executado pelo operário na produção de determinado objeto para que assim pudesse organizar da melhor forma a produção, evitando o desperdício de tempo com movimentos considerados por ele desnecessários.

Outra figura importante neste cenário foi Henri Ford (1863-1947). Ele buscou melhorar e inovar ainda mais a proposta de Taylor. Entretanto, Pinto (2007) menciona que a principal ideia aplicada por Ford foi a de buscar criar um perfil de consumidores de massa para a população da época. Além disso, o mesmo introduziu no ambiente fabril a linha de produção em série, que se constituía da seguinte forma:

[...] colocação do objeto de trabalho num mecanismo automático que percorresse todas as fases produtivas, sucessivamente, desde a primeira transformação da matéria-prima bruta até o estágio final, como o acabamento do produto, por exemplo. Ao longo dessa linha, as diversas atividades de trabalho aplicadas

à transformação das matérias-primas ou insumos, foram distribuídas entre vários operários fixos em seus postos, após terem sido suas intervenções subdivididas em tarefas cujo grau de complexidade foi elevado ao extremo da simplicidade [...]. (PINTO, 2007, p. 42).

Neste sentido, as máquinas assumem um papel de destaque na produção, fator que contribui no processo de desativação de alguns postos de trabalho. Diante deste contexto, percebe-se que o processo de trabalho sofre duras intervenções que buscam uma melhor organização da produção para o capital, observando o tempo empregado e o exercício das funções dos trabalhadores, tudo para que se garanta o aumento dos lucros. Assim, entra em questão a flexibilização das relações de trabalho, que podemos compreender, em síntese, como sendo a

[...] capacidade de substituição direta e rápida dos trabalhadores, sem nenhum custo em termos de qualidade e de produtividade para o sistema produtivo como um todo, o qual se mantém rígido e estático em suas condições ao longo do tempo, como uma grande máquina formada de peças humanas apáticas que funciona dia e noite, autonomamente. (PINTO, 2007, p.48).

Ainda segundo Pinto (2007), o sistema taylorista/fordista expandiu-se bastante a partir das duas guerras mundiais, sendo que nos países capitalistas a produção em larga escala articulou-se aos Estados de Bem-Estar Social ou Welfare State e à constituição dos grandes sindicatos de trabalhadores. Mota (2009) ao analisar o impacto do Estado de Bem-Estar Social para o capitalismo explicita que o

[...] Welfare State [...] se tornou um dos principais pilares de sustentação institucional daquela fase expansiva do capitalismo, ao integrar à sua dinâmica econômica parte das demandas operárias por melhores condições de vida e trabalho.

A incorporação dessas demandas se fez através da alocação de fundos públicos na constituição de políticas econômicas e sociais, o que favoreceu a ampliação do consumo por parte dos trabalhadores ao tempo em que desmercantilizava o atendimento de algumas das necessidades sociais através de salários indiretos, via políticas sociais públicas [...]. (MOTA, 2009, p. 6).

A autora acima citada ainda destaca que este cenário foi marcado por mobilizações sindicais e partidárias dos trabalhadores. Os mesmos buscavam pressionar o capital para o atendimento de suas necessidades sociais, mudanças nas legislações trabalhistas e nas medidas de proteção social. Neste sentido, a autora conclui que:

Estava posta a equação subjacente ao chamado pacto fordista-keynesiano, ou seja, a incorporação das demandas trabalhistas, aumento da produção e do consumo operário e estabelecimento de uma relação negociada entre Estado, capital e trabalho, como expressão concreta de ideologias que defendiam a possibilidade de compatibilizar capitalismo, bem-estar e democracia. (MOTA, 2009, p.6).

Em contrapartida, este equilíbrio só se manteve até meados dos anos de 1970, onde entra em curso uma profunda crise para o sistema capitalista. Discutindo sobre as crises capitalistas, pode-se compreender que estas:

[...] expressam um desequilíbrio entre a produção e o consumo, comprometendo a realização do capital, ou seja, a transformação da mais-valia em lucro, processo que só se realiza mediante a venda das mercadorias capitalisticamente produzidas. [...] não basta produzir mercadorias, estas precisam ser transformadas em dinheiro para, rapidamente, retornarem ao incessante processo de acumulação do capital: produção/ circulação/ consumo. As expressões mais emblemáticas da crise são as reduções de operações comerciais, acúmulo de mercadorias estocadas, redução ou paralisação da produção, falências, queda de preços e salários, crescimento desmesurado do desemprego e empobrecimento generalizado. (MOTA, 2009, p. 3).

Com a citação acima fica demarcado que as crises no sistema capitalista não se constituem fenômenos naturais, mas expressam um significado histórico, na medida em que revelam as contradições do sistema. Neste sentido, as diversas consequências que estas operam atingem as classes de forma diferenciada, sendo que,

[...] Para os capitalistas, trata-se do seu poder ameaçado; para os trabalhadores, da submissão intensificada. Estes últimos são frontalmente penalizados na sua materialidade e subjetividade posto que afetados pelas condições do mercado de trabalho, com o aumento do desemprego, as perdas salariais, o crescimento do exército industrial de reserva e o enfraquecimento das suas lutas e capacidade organizativa. (MOTA, 2009, p.4).

Como podemos ver a partir da afirmativa acima, as maiores consequências das crises estruturais do sistema capitalista são para a classe trabalhadora. Entretanto, frente às crises o sistema buscará adotar medidas de reestruturação da produção e isso incide sobre a relação mercado, sociedade e Estado, o que implica amplo e complexo processo de mudanças nas relações, principalmente entre capital e trabalho.

Analisando as particularidades da crise pós 1970, Mota (2009) menciona que o processo de reestruturação capitalista se assenta em um duplo movimento, que compreende a redefinição das bases econômicas, com mudanças na forma de organização do processo de trabalho, e uma nova fase marcada pelo predomínio do capitalismo financeiro, aquele que está relacionado com aplicações financeiras especulativas.

No campo da organização do processo de trabalho ocorrem mudanças significativas, pois o interesse prevalente é por experiências alternativas de produção, formas que privilegiam os interesses capitalistas em detrimento das condições de trabalho. Dentre estes, o mais polêmico constitui o sistema Toyotista, que tinha como base:

[...] uma metodologia de produção e de entrega mais rápidas e precisas que os demais, associada justamente à manutenção de uma empresa ‘enxuta’ e ‘flexível’. Isso era obtido pela focalização no produto principal – gerando desverticalização e subcontratação de empresas que passavam a desenvolver e a fornecer produtos e atividades -, com utilização de uma força de trabalho polivalente – agregando em cada trabalhador atividades de execução, controle de qualidade, manutenção, limpeza, operação de vários equipamentos simultaneamente, dentre outras responsabilidades. (PINTO, 2007, p. 53).

Este quadro de desqualificação da força de trabalho, com diversos regimes, terceirizações, subcontratações, descentralização das unidades de produção e ausência de um sistema de proteção social efetivo, influencia de forma negativa para o processo político-organizativo dos trabalhadores. Ademais, é inquestionável que as mudanças operadas pelo capitalismo afetaram diretamente as condições de trabalho em todo o mundo.

Segundo Antunes (1999) a lógica deste sistema vem convertendo a concorrência e a produção em um processo destrutivo que se reflete na precarização do trabalho, aumento do exército industrial de reserva, desemprego estrutural, condições precárias de trabalho, degradação da natureza e valorização do capital e da produção de mercadorias. Por tudo isso o autor define o capitalismo como um sistema ‘expansionista, mundializado, destrutivo e incontrolável’. Para o autor, este sistema “[...] não tem limites para a sua expansão (ao contrário dos modos de organização societal anteriores, que buscavam em alguma medida o atendimento das necessidades sociais) [...]” (ANTUNES, 1999, p.23).

Tomando por base os aspectos expostos acima, é como se diariamente o discurso propagado pelo capital aos trabalhadores se chocasse com as condições de vida que ele oferece a estes e, concreta-

mente, a influência direta e cotidiana do capital na vida do trabalhador extrapola seu ambiente de trabalho. Conforme evidenciado por Antunes (1999),

[...] até o turismo, onde o ‘tempo livre’ é instigado a ser gasto no consumo dos shoppings, são enormes as evidências do domínio do capital na vida fora do trabalho. Um exemplo ainda mais forte é dado pela necessidade crescente de qualificar-se melhor e preparar-se mais para conseguir trabalho. Parte importante do ‘tempo livre’ dos trabalhadores está crescentemente voltada para adquirir ‘empregabilidade’, palavra que o capital usa para transferir aos trabalhadores as necessidades de sua qualificação. [...] (ANTUNES, 1999, p.131).

Netto e Braz (2010) explicam que desde que a sociedade está baseada na divisão de classes, todo o desenvolvimento tem sido operado em uma constante contradição, como vimos nas condições sociais, políticas e econômicas apresentadas em cada período histórico. É como se cada progresso representasse também um retrocesso, pois o desenvolvimento tem acontecido sempre à custa da opressão de uma classe sobre a outra.

### 3 Considerações

Diante do exposto, podemos mencionar que o desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo promoveu ainda mais a exploração da força de trabalho humana, entretanto este processo não deve ser compreendido como unilinear, sem história ou resistência. Os trabalhadores não ficaram inertes, mas buscaram historicamente construir instrumentos de luta para diminuição das desigualdades sofridas, seja por meio de conquistas de leis trabalhistas ou na luta em defesa de outros direitos. De modo mais enfático, Montaño e Duriguetto (2011), ao analisarem o sistema capitalista de produção, expressam que a partir das relações estabelecidas “[...] os indivíduos percebem a identidade das suas situações. A situação percebida como individual agora é vista como coletiva [...]” (MONTAÑO E DURIGUETTO, 2011, p. 103).

Assim, a luta passa a ser organizada de forma coletiva, sendo múltiplas as formas de reivindicação: através de partidos, sindicatos, movimentos sociais e associações. Das tantas formas, o sindicalismo constitui uma construção histórica, caracterizando uma das mais importantes e expressivas formas de organização da classe trabalhadora, principalmente operária. Desta forma, como estratégia de luta dos trabalhadores, a organização sindical acompanhou o desenvolvimento industrial em toda a sua expansão, apresentando as suas particularidades em cada contexto.

---

## **The organization of work: some historical partner indications**

### **ABSTRACT**

The article discusses the organization of work historically until we reach the complex process of capitalist production. It aims to understand how work determines social relationships from within its organization. Before the study, we identified that work is the source of production of all wealth, because through it we advance in the organization of all dimensions of human life. In this sense, we base this category of analysis to understand the phenomena that are historically constituted and affect all social classes. It concludes that the development of the productive forces in capitalism has further promoted the exploitation of the labor force, however, this process should not be understood as unilinear, without history or resistance.

**Keywords:** Work. Be social. Social relationships. Capitalism.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **OS SENTIDOS DO TRABALHO**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Coleção Mundo do Trabalho. Boitempo Editorial: 1999.

FERREIRA, João Paulo Hidalgo; FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira. **NOVA HISTÓRIA INTEGRADA**: ensino médio. Volume único. Manual do professor. Campinas-SP: Companhia da Escola, 2005.

GRANEMANN, Sara. O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade. In: **SERVIÇO SOCIAL**: direitos sociais e competências profissionais. CFESS/ABEPSS, 2009.

MARX, Karl. **MANUSCRITOS ECONÔMICOS-FILOSÓFICOS**. Texto Integral. 2ª edição. Tradução: Alex Marins. Editora Martin Claret Ltda., 2001.

\_\_\_\_\_; ENGELS, F. **A IDEOLOGIA ALEMÃ**: Feuerbach – A contribuição entre as cosmologias materialistas e idealistas. Editora Martin Claret Ltda. 2005. Título original: Die Deutsche Ideologie, 1932.

\_\_\_\_\_. **MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA**. 2 ed. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

MIRANDA, Aurora Amélia Brito de. O ASSISTENTE COMO TRABALHADOR E O PROJETO PROFISSIONAL CRÍTICO. In: **Anais da Jornada Internacional de Políticas Públicas - JOINPP**. São Luís: 2011.

MONTAÑO, Carlos; DURIGETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca Básica de Serviço Social, v.5).

MOTA, Ana Elizabete. Crise Contemporânea e as Transformações na Produção Capitalista. In: **SERVIÇO SOCIAL**: direitos sociais e competências profissionais. CFESS/ABEPSS, 2009.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **ECONOMIA POLÍTICA**: uma introdução crítica. 6ª edição. São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v.1).

PINTO, Geraldo Augusto. **A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NO SÉCULO 20**: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SOUZA, Nali de Jesus de. **UMA INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO**. Sem data. Relatório Pesquisa da área de História Econômica, realizada no NEP PUCRS. [s. d.] Disponível em: <[http://www.nalijSouza.web.br.com/introd\\_hpe.pdf](http://www.nalijSouza.web.br.com/introd_hpe.pdf)> Acesso em fev. 2015.

**TEMPOS MODERNOS** (Modern Times, EUA 1936). Direção: Charles Chaplin, 87 min. Preto e Branco, Continental.

## **BIOGRAFIA**

### **Rayssa Santos Lima**

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão (2015); Assistente Social na Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares – EMSERH; Cursando especialização Lato Sensu em Gestão Pública pela Universidade Estadual do Maranhão.

### **Zaira Sabry Azar**

Possui graduação em Serviço Social pela UFMA (1984); Mestrado em Políticas Públicas pela UFMA (2005); Doutorado em Políticas Públicas pela UFMA; Participa da pesquisa Tendências das Relações de Trabalho no Contexto da Expansão Capitalista no Maranhão, realizada pelo Grupo de Estudos e Debates em Serviço Social e Movimento Social (GSERMS) do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UFMA. Tem experiência na área de Serviço Social, com atuação em movimentos sociais do campo.